

Afonso Celso de Assis Figueiredo
Visconde de Ouro Preto (1836/1912)

Antonio Paim



O Visconde de Ouro Preto seria o último Presidente do Conselho de Ministros do Império. Tendo assumido o cargo a 7 de junho de 1889, foi deposto e preso a 15 de novembro, com a proclamação da República.

Traçando-lhe o perfil parlamentar, o eminente historiador e homem público José da Costa Porto (1909/1984) destaca ter se notabilizado como devotado à ação, inimigo declarado do palavrório. Contudo, dada a natureza parlamentar do regime, não incluía suas intervenções da tribuna da Câmara ou do Senado como parte do que condenava, razão pela qual a coletânea que reúne a seleção de seus discursos abrange mais de quinhentas páginas (**Perfis Parlamentares. Vol 5.** Brasília, Câmara dos Deputados, 1978). A consideração da totalidade, ultrapassaria de muito esse número.

Numa de suas intervenções chega a proclamar que “de longos discursos está o País farto; o que ele precisa e reclama é de ação harmônica, eficaz e decisiva dos poderes públicos para vencer as dificuldades que o cercam.”

Mineiro de Ouro Preto (então capital da província), bacharel pela Faculdade de Direito de São Paulo, depois de exercer mandatos na Assembléia Provincial, elegeu-se para a Câmara dos Deputados, em 1864, aos 28 anos de

idade. Beneficiava-se do rearranjo no sistema distrital, ocorrido na década anterior, de que resultou, como assinalamos nas apresentações precedentes, a chamada “maré democrática”. A partir de então, destaca-se entre os líderes do Partido Liberal.

Logo a seguir, em 1866, torna-se Ministro da Marinha. Encontrava-se o país em plena guerra do Paraguai, onde aquela Arma tinha papel dos mais decisivos. Nos dois anos em que permaneceu no cargo, conseguiu resolver as questões do reabastecimento da frota em combate. De sua operosidade no cargo --e também independência em relação ao Poder Moderador --, José da Costa Porto registra este incidente:

“...chegou-lhe à residência, às onze horas da noite, um mensageiro a cavalo, levando-lhe este bilhete do Imperador: “Sr. Celso. Arribou hoje à tarde, em nosso porto, um navio que talvez possa levar os objetos que o Almirante pediu”. E, a resposta imediata: “Senhor, os objetos pedidos pelo Almirante seguiram ontem. Fique V.M. tranqüilo, certo de minha vigilância no cumprimento dos meus deveres, mesmo quando não nos mos lembra.” Ao que, por sua vez D. Pedro voltara a escrever-lhe, quase a desculpar-se: “Sr. Celso. Não fui bem compreendido. Sei que sua vigilância patriótica é tão grande quanto a minha. Mas, nesta quadra de dificuldades e preocupação, devemos todos, mais que nunca, ajudar-nos uns aos outros.”

Com a crise provocada por Zacarias de Góis e Vasconcelos e o ocaso experimentado pelo Partido Liberal, Ouro Preto encontrar-se-ia afastado do governo por cerca de dez anos. Ocorrendo nova ascensão dos liberais, no início de 1878, volta à Câmara. Tendo figurado entre os que concorreram à eleição para uma vaga no Senado, é escolhido pelo Imperador para ocupá-la. Estávamos em fevereiro de 1879. Nessa condição, é escolhido para ocupar a Pasta da Fazenda. O problema em pauta era a reforma eleitoral, consumada em 1881, com a denominada Lei Saraiva, que foi igualmente caracterizada em artigo anterior.

A função de Ouro Preto iria consistir, como escreve José da Costa Porto, em acoplar à **verdade eleitoral**, a **verdade orçamentária**. Com a obsessão que o singularizava no exercício de funções públicas perseguiu “o equilíbrio dos orçamentos, combate ao déficit e abertura de novas fontes de renda para o Tesouro”. Considera-se que as idéias aplicadas nessa reforma coadunavam-se plenamente com os procedimentos em curso na época nos países que, a exemplo do Brasil, tratavam de estruturar o governo representativo.

A esse propósito, declarava taxativamente: “A ciência financeira não é nenhuma alquimia que tenha descoberto o meio de fazer dinheiro por processos sobrenaturais. Os únicos meios de que se serve são bem poucos e todos sabem quais sejam, pois reduzem-se, em última análise, ao imposto, ao empréstimo, não falando na economia.”

Tinha clareza quanto à necessidade de não recorrer a aumento de impostos sem exaurir as possibilidades de cortar despesas. Transcrevo o que cita o autor da introdução e organizador do Perfil Parlamentar: “É doloroso e difícil privar o funcionário público de uma parte, posto que mínima, dos proventos de que esteja de posse, mas o dever o exige e força é que ele se cumpra. Enquanto houver possibilidade de reduzir a despesa pública de um real, não tem os poderes do Estado o direito de aumentar um real de impostos, para restabelecer o equilíbrio do orçamento.”

E, prossegue: “Eu não me arreceo de aumentar as despesas públicas, quando elas me parecem necessárias, principalmente se me convenço de que, direta ou indiretamente, compensarão os sacrifícios que custarem. E particularmente quanto a estradas de ferro, não me assusta vê-las construir, mesmo sacando-se sobre o futuro, recorrendo-se a empréstimos.”

No que se refere à reforma eleitoral, interveio ativamente no sentido da introdução da eleição direta. Entendia que a instituição deveria congrega-se em torno da providência, sem atribuir maior relevância ao **modus faciendi**, que só contribuía para acirrar divergências secundárias, como

diria da tribuna: “soando bizantinice perder-se tempo em filigranas e cavilações de legueiros ociosos”. O certo é que o Gabinete Sinimbu (João Lins Vieira Cansanção Sinimbu, Visconde; 1810/1906) não conseguiu dar curso a essa reforma, sendo substituído, em 1880, por outro Gabinete Liberal, liderado por José Antonio Saraiva, que teve êxito, razão pela qual a Lei, votada em 1881, passou a ser conhecida com o seu nome.

Até 1885, embora alternando a liderança no Conselho de Ministros, o Partido Liberal permaneceu no poder. Naquele ano, os conservadores voltam à Presidência do Conselho de Ministros.

Retornando ao Senado, com a queda do Gabinete Sinimbu (1880), Ouro Preto tratou de apoiar as administrações liberais. Quando da ascensão dos conservadores, empenhou-se vivamente em prol do que denominava de “oposição construtiva”. Enfatizava não ser suficiente “apontar erros do Governo, mas apresentar soluções, indicar remédios, colaborar, no mais alto sentido”. E mais: “A oposição, que quer converter-se em maioria para assumir a direção dos negócios públicos, deve doutrinar, deve mostrar a excelência de suas idéias sobre as de seus adversários. Do contrário, poderá subir pelo desprestígio desses adversários, não pelo triunfo dos princípios. Criticar o que os outros fazem, sem dizer o que se devia e podia fazer, é coisa fácil mas inglória. Aqui somente sentam-se legisladores da Nação e cada um deve propor o que em seu parecer julgar mais acertado, para satisfazer as necessidades públicas”.

Sob os governos conservadores teria lugar o agravamento da crise com os militares, que passaria à história com o nome de “Questão Militar”. Iniciada em 1883, acentua-se em 1885. Consistia em claras demonstrações de indisciplina militar que os governos se dispuseram a punir. Essas manifestações de indisciplina assumiam a forma de pronunciamentos na imprensa. Em 1885 passam a revestir-se de outro caráter, à vista da intervenção, em favor de um dos punidos, do Visconde de Pelotas, general do Exército que passara a pertencer ao Senado. O oficial punido, sentindo-se escudado, volta publicamente à carga

contra o Ministro da Guerra, pasta ocupada por um civil, como de praxe. Segue-se pronunciamento em seu favor de parte da guarnição do Rio Grande do Sul, endossada pelo Comandante, Marechal Deodoro da Fonseca. Estava criado o caldo de cultura de que iria valer-se o grupo republicano convencido de que a única possibilidade de chegarem ao poder seria pela via militar. Ainda que estivesse longe de representar a opinião da liderança republicana de maior projeção, esse grupo era liderado por Quintino Bocaiúva (1836/1912) que dispunha de uma poderosa tribuna, o jornal **O País**. Justamente esse periódico forneceu uma tribuna aos militares descontentes e atuou no sentido de acirrar os ânimos.

Ouro Preto buscava dissociar a oposição liberal aos conservadores, do que poderia ser entendido como predisposição para valer-se da crise militar a fim de voltar ao poder. Da tribuna do Senado trataria de deixar claro que “não podia o Partido pretender o comando pelo caminho que lhe abrissem as baionetas e espadas do Exército; mil vezes preferível o perpétuo ostracismo.” Seria secundado por outro líder liberal de idêntica projeção, Silveira Martins (1834/1901) que afirmaria, expressamente, “o seu grupo não desejava assaltar o poder por meio de pronunciamentos militares”, enfatizando, sem meias medidas, como destaca José da Costa Porto: “subirmos apoiados nas baionetas do Exército? Nunca”. Indique-se que, entre os liberais havia quem alimentasse a ilusão de que, atirando lenha à fogueira acentuariam a impotência dos conservadores para dominar a indisciplina dos quartéis, o que criaria as condições para serem convidados a organizar novo governo. Estavam, como escreveria Pedro Calmon (1902/1985), conhecido educador e historiador, atizando “a labareda que havia de queimá-los em 1889.”

O último gabinete conservador, liderado pelo Barão de Cotegipe (João Maurício Wanderley, 1815/1889) foi afastado do poder no início de junho, ao que se supõe pela inoperância diante do agravamento da crise militar. Em maio, Deodoro e Pelotas lançam um manifesto, com o apoio de todas as guarnições, com exceção apenas da de Pernambuco, que equivalia a um verdadeiro ultimato.

Entendiam que “a honra militar achava-se acima da lei”, alheios à circunstância de que nenhum instituto no país dispunha de tal prerrogativa --dispensar-se do cumprimento da lei--, nem mesmo o Poder Moderador. Caberia ao Visconde de Ouro Preto incumbir-se de organizar o gabinete que o iria substituir.

Submeteu seu programa, à Câmara, a 11 de junho. Consistia, como escreve José da Costa Porto, no “...vasto elenco de reformas preconizadas no recente congresso do Partido Liberal, visando não apenas ao interesse nacional, mas ainda à defesa e preservação da Monarquia, anulando a campanha republicana, enfraquecendo-a e inutilizando-a, sem recorrer a métodos de violência e repressão e sim na demonstração prática de o atual sistema de governo ter plasticidade bastante para admitir a consagração dos princípios mais adiantados, satisfazer todas as exigências da razão pública esclarecida, consolidar a liberdade, a prosperidade e grandeza da Pátria.”

Esclareça-se que tanto Ouro Preto como Silveira Martins, ainda sob os governos conservadores, vinham atuando no sentido de conciliar as partes em choque. Serviram de mediadores na busca de uma solução que permitisse anular algumas das punições, sem que a providência pudesse traduzir-se na abdicação do princípio de respeito à disciplina militar, notadamente a sua subordinação ao elemento civil, no governo. A liderança militar, contudo, não se dispunha a negociar: era tudo ou nada.

O curso dos acontecimentos iria demonstrar ter-se tornado praticamente impossível recompor a situação. A monarquia vinha isolando-se sucessivamente de amplos setores da sociedade. Graças à questão dos bispos, entrara em disputa com parcela considerada expressiva da hierarquia da Igreja católica. A Abolição, decretada em 1888, afastara do seu convívio a liderança da cafeicultura fluminense. Embora em vias de ser ultrapassada pelos cafeicultores paulistas, preservava vínculos sólidos com a elite política. A esse quadro, vinha somar-se a crise militar que acabaria plenamente associada à República.

É interessante registrar a iniciativa do notável historiador Tobias Monteiro (1886/1953), ao tomar o depoimento de pessoas ainda vivas que se encontravam na primeira linha dos acontecimentos na época. Esses depoimentos apareceram, na altura do começo do século, em forma de artigos publicados na imprensa periódica, sendo, mais tarde reunidos em livro: **Pesquisas e depoimentos para a história** (1913) --obra sucessivamente reeditada e incluída nas coleções genericamente conhecidas como "brasilianas". Nesses depoimentos, fica patente a ambigüidade da atitude de Floriano Peixoto na condição de principal autoridade militar no Exército. Neste sentido: não procurou alertar a liderança política quanto à natureza da conspiração em marcha. Ao mesmo tempo, os líderes políticos, formados no espírito liberal da tolerância e admissão da divergência, não se deram conta do grau de adesão da comunidade militar às alternativas ao governo representativo, graças à crescente influência positivista. Benjamin Constant, que viria a ser Ministro da Guerra no primeiro governo republicano, era justamente um dos expoentes daquela doutrina.

O certo é que, a 15 de novembro, sob o comando de Deodoro da Fonseca --que seria o chefe do novo governo --, a tropa sediada na Corte depôs o Ministério e liquidou a Monarquia.

A exemplo de outros líderes políticos, Ouro Preto foi deportado. José da Costa Porto registra que a imprensa republicana dava conta do fato nestes termos: "foi-lhe determinada a residência obrigatória na Europa, durante algum tempo". Idêntica sorte teve o Imperador e sua família, grande número de políticos e mesmo intelectuais.

Promulgada a Constituição de 1891 (a 24 de fevereiro), Ouro Preto regressou ao Brasil em julho daquele ano. Como a situação era de grande instabilidade, optou por abster-se de tomar qualquer iniciativa de natureza política.

Com a eleição de Presidente civil (Prudente de Moraes), em fins de 1894, remanescentes da liderança liberal sob a Monarquia decidem criar o Partido Monarquista. Tinham

presente que o Partido Republicano fora criada sob o regime que se propunham substituir. A expectativa geral era a de que o fizessem através das urnas e não das armas, como se deu. A liderança liberal, por seu turno, entendia haver dado suficientes demonstrações de sua fidelidade às regras do jogo e não imaginava o grau de intolerância instaurada no país pela nova liderança política. Grupos de baderneiros assaltaram a sede da agremiação, atiraram pela janela todos os pertences ali encontrados e assassinaram o responsável presente, Coronel Gentil de Castro. Segundo se pode ler no livro publicado por Ouro Preto (**O assassinato do Cel. Gentil de Castro**), a malta saiu em perseguição a vários líderes monarquistas, entre estes o próprio Ouro Preto e seu filho, o Conde Afonso Celso, que por pouco escaparam de serem linchados. Tudo isto em face do completo alheamento da autoridade. Diante do quadro, Ouro Preto exilou-se voluntariamente.

Regressaria ao Brasil para participar do balanço que se efetivou da **Década Republicana** (publicação em diversos volumes, em que se considera os vários aspectos da vida do país: finanças, a cargo do próprio Ouro Preto; imprensa, etc.). Provavelmente levando em conta que a República brasileira, sob a liderança civil, marchava na direção de instaurar governo autoritário, ao arrepio da representação e das liberdades, afastou-se inteiramente da vida política. Faleceu em 1912, aos 76 anos de idade.